



Coordenação Pedagógica: Rogério Sanches Cunha, Ricardo Silvares e Ricardo Ferracini Planejamento e Materiais: Equipe RSC Online





COORDENADORES



Rogério Sanches Cunha

Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo. Professor da Escola Superior do MP/SP e MP/MT, sendo um dos mais conhecidos e respeitados nomes do Direito Penal do País. Autor das seguintes obras: - Manual de Direito Penal - Parte Geral, Manual de Direito Penal - Parte Especial; - Código Penal para Concursos, Lei de Execução para Concursos, e - Prática Penal para o MP, todos publicados pela Editora Juspodivm.



Ricardo Ferracini Neto

Promotor de Justiça do Ministério Público de São Paulo. Graduado e Mestre pela Universidade de São Paulo-USP. Especialista em Direito do Consumidor pela Universidade de São Paulo – USP Especialista em Interesses Difusos e Coletivos pela Escola Superior do Ministério Público do Estado de São Paulo. Coautor das obras "Criminologia e os Problemas da Atualidade", Ed. Atlas, SP, 2008; "Legislação Especial Penal Especial – Coleção Revisaço", Ed. JusPodivm, BA, 2015; "Criminologia", Ed. JusPodivm, BA, 2017.



Ricardo Silvares

Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo desde 1994. Professor em cursos de preparação para concursos (CERS), em pós-graduação (CERS/Estácio) e graduação (FACAMP), ministrando matérias relacionadas a Direito Penal, Processo Penal e Legislação do Ministério Público. Especialista em Direito Penal Econômico e Europeu pela Universidade de Coimbra, em convênio com o Instituto Brasileiro de Ciências Criminais – IBCC. Especialista em Direito Constitucional e Processo Constitucional pela EDB. Mestre em Direito Processual Penal pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.



SOBRE O CURSO

OI, TUDO BEM?!

Disponibilizamos para você uma amostra dos materiais e ferramentas oferecidos pelo Curso Intensivo para o 96º Concurso do Ministério Público de São Paulo (MPSP).

O grande diferencial deste Grupo de Estudos é apresentar um planejamento de estudos pensado e lapidado pela Equipe Juspodivm, sob a coordenação pedagógica de professores com ampla experiência em preparação para concursos públicos do Ministério Público, além de fornecer materiais de leitura (apostilas) e simulados de prova objetiva.

Baseado nos editais do MP de São Paulo, o programa focará:

- na revisão dos pontos doutrinários e jurisprudenciais mais importantes,
- na leitura da **legislação**, e
- na resolução de **simulados objetivos**.

Assim, o candidato poderá estabelecer um ritmo de estudos forte e consistente até a data da prova!

INÍCIO: 1º/04/2024



DURAÇÃO DO GRUPO DE ESTUDOS

Aqui você terá uma preparação otimizada e estratégica!

Mesmo assim é importante você saber de quanto tempo vai precisar para acompanhar o cronograma, certo?

A programação tem extensão de, aproximadamente, **140 dias (cerca de 4,5 meses)**. Para conseguir cumprir as metas de estudo propostas, recomendamos que você disponha de: **4 a 5 horas diárias** para se dedicar à sua preparação por **6 dias da semana** (de segunda a sábado, por exemplo).

Sugerimos que reserve um domingo por mês para resolver os simulados disponibilizados, como se fosse uma situação de prova de verdade: separe um tempo determinado para começar e terminar o simulado, sem interrupções, distrações ou consulta. Dessa forma, você poderá avaliar como está o seu desempenho.



PLANEJAMENTO SEMANAL DE ESTUDOS

Semanalmente você terá acesso a:

- um arquivo de metas de estudo que foi elaborado para guiar e orientar seus estudos, indicando:
 - as disciplinas e assuntos que devem ser lidos na semana;
 - a lei seca a ser estudada por tema;
 - questões com incidência nos concursos do MPSP.

As propostas/metas de estudos semanais estarão divididas em uma rotatividade de matéria para que o aluno consiga atingir cada uma das 11 (onze) matérias de incidência na prova do Ministério Público de São Paulo em intervalos minimizados, de maneira que não exista priorização indesejada de estudo em uma única matéria, fato bastante prejudicial na formação do estudo, principalmente para as provas preambular e oral.

Ao final do curso, as matérias indicadas terão sido estudadas em seus pontos prioritários, escolhidos pelo corpo docente.



PLANEJAMENTO SEMANAL DE ESTUDOS

Aviso importante:

Vale ressaltar que o planejamento não traz toda a abrangência do edital por entender que a tendência da maioria dos questionamentos da prova preambular do MPSP estará voltada para as matérias ora tratadas, o que não quer dizer que o candidato não possa fazer um estudo complementar com as matérias não inseridas na programação.

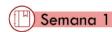
Sem mais delongas, veja a seguir as amostras de páginas das ferramentas do grupo de estudos!

PLANEJAMENTO SEMANAL DE ESTUDOS









Olá, futuro(a) Promotor(a) de Justiça!

Nesta semana as maiores matérias em destaque de índice de incidência nas provas do MPSP são Crimes Hediondos, Organização Criminosa e Crimes contra a vida. Raramente haverá uma prova preambular de quaisquer dos MPEs do País que não questionará essas matérias. Incidência praticamente certa. Além disto, destaque não tão incisivo, mas com grandes chances de inserção em uma preambular da matéria de Responsabilidade Civil, em Direito Civil e Agentes Públicos em Direito Administrativo. Atenção com esses temas. Regularmente são pedidos em preambulares.

Matéria	Tema	Pontos	n° pags.	Lei Seca para leitura
Direito do Consumidor	Disposições Gerais	Ler todo o material	22	Arts. 1 a 7 Lei 8.078/90
Direito Processual Civil	Jurisdição	Ler todo o material	30	Arts. 21 a 41 e 67 a 69 CPC
Stratto Cuit - Norte Strati	UNION	Day Nam 1 AND Nam 6	17	Solo o UNION
Brails Constitutional	Mermanifolise	San Yealth is matter fail	311	
officials a broadule	Ciples Fralleiteres, Straffez Fandementols e Straffe e Cannidacia	Cor Yorks or matter/ork	225	mes, 1 or 34 MGA
Disable Approximative	Agento Páblico	Ste-Sen 1 860-Sen 3.4.4	24	Arts, 39 o 47 de Canatholytis Pederal
Braile Coll = Resp. Coll	Responsabilitation Coll	Day Nam 1 Also Nam 7 2 2	20	Arm, 1007 or 9605 Coalige Colf
logicite)be Renel Especial	Crimes Meditardiss Organização Criminas	Carr perilipo os matterios	10	Ser 8,072,1490 Ser 12,690,0013
Siratio Renal Plante Senal	Introduçõe, Farter a Aplicaçõe de lat Resal	Discharge 1 ass Name 5.7	20	Arts, 1 o 7 de Citélige Renal
Siralis Renal Plants Especial)	Crimes cantra a vida	Don Name 1 gas Name 1 d	19	Arts, 121 a 122 de Citalige: Renal
Straits Processed Result	Inquisition Malloted	Day Name 1 866-Name 6.7		Arts, 4 o 13 de Cialiga de Processo Nesal
TOTAL DE PAS	ORAL SERVICE HARRY	de Milijani, Sal	240	

*O estudo de doutrina pode ser feito pelos **materiais** do curso (postados na plataforma junto com as Metas da Semana). Esses materiais foram cuidadosamente pensados para oferecer o conteúdo essencial para sua aprovação! Se você quiser, pode estudar os temas da semana por livros/manuais de sua preferência. Também sugerimos uma relação bibliográfica, que pode ser usada para complementar e/ou aprofundar seus estudos — lembramos os alunos que a bibliografia indicada é uma sugestão, você não é obrigado(a) a comprar os livros, ok?

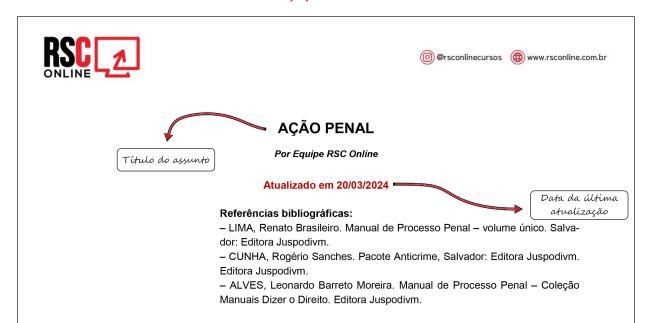


MATERIAL DE ESTUDO

O curso oferece materiais de leitura (apostilas) sobre os assuntos indicados nas Metas de Estudos semanais. Os materiais de estudo são assertivos para que você possa revisar e consolidar seus conhecimentos com segurança.

Nossos materiais contêm destaques para os pontos mais relevantes e incidentes, indicações de diplomas e dispositivos legais mais importantes, além de gráficos e tabelas para melhor assimilação do conteúdo!

Por Equipe RSC Online



SUMÁRIO

Sumário interativo (você pode clicar no item para ir até o tópico desejado).

1. CONCEITO	3
1.1. Violência Institucional e Ação Penal	3
1.2. Natureza jurídica do direito de ação	4
1.3. Características	5
1.4. Juiz das garantias	5
2. CONDIÇÕES DA AÇÃO	6
2.1. Condições genéricas	6
2.2. Condições específicas	9
2.3. Consequências da ausência de uma condição da ação	9
3. CONDIÇÃO OBJETIVA DE PUNIBILIDADE	10
4. CONDIÇÃO DE PROSSEGUIBILIDADE (OU CONDIÇÃO SUPERVENIENTE DA AÇÃO)	11
5. CLASSIFICAÇÃO DAS AÇÕES PENAIS	11
5.1. Ação penal pública	11
5.2. Ação penal de iniciativa privada	13
6. PRINCÍPIOS DA AÇÃO PENAL	14
7. CASOS ESPECIAIS	20
7.1. Ação penal nos crimes contra a honra	20
7.2. Ação penal no crime de embriaguez ao volante (art. 306 do CTB)	22
7.3. Ação penal nos crimes ambientais	22
7.4. Ação penal nos crimes contra a dignidade sexual	23
7.5. Ação penal nos crimes de lesão corporal leve e culposa praticado com violência	
doméstica e familiar contra a mulher	25
7.6. Ação penal no estelionato	26

Nenhuma parte deste material poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da RSC Online Cursos, sob pena de responsabilização civil e criminal (lei 9.610/98 e CP).

Por Equipe RSC Online







Direito Processual Penal - Ação Penal Por Equipe RSC Online

1. CONCEITO

Segundo Renato Brasileiro, o direito de ação penal é o direito público subjetivo de se pedir ao Estado-juiz a aplicação do direito objetivo ao caso concreto.

É também o direito público subjetivo do Estado-Administração, único titular do poder-dever de punir, de pleitear ao Estado-Juiz a aplicação do direito penal objetivo, com a consequente satisfação da pretensão punitiva.

Observação: Renato Brasileiro alerta que não se pode confundir o direito de ação com a ação propriamente dita. O direito de ação é o direito de se exigir do Estado o exercício da jurisdição, ao passo que ação é o ato jurídico de ir à justiça, em busca do direito, com efetiva prestação da tutela jurisdicional.

Destaques para spectos importantes da matéria.

1.1. VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL E AÇÃO PENAL

Importante mencionar que a Lei 14.321/22 alterou a Lei nº 13.869/19, que trata sobre o abuso de autoridade, para tipificar o crime de violência institucional (praticada pelas instituições públicas e seus agentes)

Deste modo que as testemunhas de crimes violentos, bem como as vítimas, não serão submetidas a procedimentos desnecessários, repetitivos ou invasivos no curso da investigação criminal ou da própria Ação Penal, capazes de levá-las a reviver, sem necessidade, a situação de violência ou situações geradoras de sofrimento.

Art. 15-A. Submeter a vítima de infração penal ou a testemunha de crimes violentos a procedimentos desnecessários, repetitivos ou invasivos, que a leve a reviver, sem estrita necessidade:

I – a situação de violência; ou

II – outras situações potencialmente geradoras de sofrimento ou estigmatização:

Pena – detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano, e multa.

§ 1º Se o agente público permitir que terceiro intimide a vítima de crimes violentos, gerando indevida revitimização, aplica-se a pena aumentada de 2/3 (dois terços).

§ 2º Se o agente público intimidar a vítima de crimes violentos, gerando indevida revitimização, aplicase a pena em dobro.

Por Equipe RSC Online





Direito Processual Penal - Ação Penal Por Equipe RSC Online

1.3. CARACTERÍSTICAS

A ação penal é:

- a) Um direito autônomo, pois não se confunde com o direito material que se pretende tutelar;
- b) Um direito abstrato, pois independe do resultado do processo;
- c) Um direito subjetivo, pois o titular pode exigir do Estado-Juiz a prestação jurisdicional;
- d) Um direito público, pois a atividade jurisdicional que se pretende provocar é de natureza pública;
- e) Um direito instrumental, pois a ação penal é um meio para se permitir o exercício do direito de punir.

1.4. JUIZ DAS GARANTIAS

O Pacote Anticrime promoveu alterações significativas no CP, no CPP e na LEP.

Especificamente no CPP, as novidades mais importantes se referem à criação da figura do juiz das garantias. Buscando se harmonizar ao modelo acusatório, a Lei 13.964/19 passou a prever um órgão jurisdicional com a missão de acompanhar as diversas etapas da investigação, alcunhado de "juiz das garantias".

O juiz das garantias é o responsável pelo controle da legalidade da investigação criminal e pela salvaguarda dos direitos individuais cuja franquia tenha sido reservada à autorização prévia do Poder Judiciário (art. 3º-B do CPP). Assim, quem julgará o caso (juiz da instrução) somente terá contato com o resultado da investigação depois de oferecida a inicial acusatória. A ideia que permeia esse instituto é a de assegurar maior imparcialidade ao juiz da instrução.

No julgamento das ações diretas de inconstitucionalidade 6.298, 6.299, 6.300 e 6.305, o STF declarou a **constitucionalidade** da instituição do juiz das garantias e fixou o prazo de 12 (doze) meses, a contar da publicação da ata do julgamento, para que sejam adotadas as medidas legislativas e administrativas necessárias à adequação das diferentes leis de organização judiciária, à efetiva implantação e ao efetivo funcionamento do juiz das garantias em todo o país, tudo conforme as diretrizes do Conselho Nacional de Justiça e sob a supervisão dele. O prazo poderá ser prorrogado uma única vez, por no máximo 12 (doze) meses, com justificativa apresentada em procedimento realizado junto ao Conselho Nacional de Justiça. Afastou-se a alegação de que, neste ponto, o projeto que originou a Lei 13.964/19 padecia de vício de iniciativa.

Por Equipe RSC Online







Direito Processual Penal - Ação Penal Por Equipe RSC Online

3. CONDIÇÃO OBJETIVA DE PUNIBILIDADE

Há situações em que, por questões de política criminal, a punibilidade fica na dependência do aperfeiçoamento de elementos ou circunstâncias não encontradas na descrição típica do crime e exteriores à conduta. São as denominadas condições objetivas de punibilidade, as quais não se confundem com as condições da ação.



Sempre que possível, haverá conteúdo sistematizado em tabelas ou esquemas, que ajudam na fixação da matéria!

Condições de procedibilidade (condições da ação)	Condições objetivas de punibilidade
Está relacionada com o Direito Processual Penal .	Está relacionada com o Direito Penal material .
São condições necessárias para o exercício regular do direito de ação.	Cuida-se de condição exigida pelo legislador para que o fato se torne punível. Situam-se entre o preceito primário e secundário da norma penal incriminadora, condicionando a existência da pretensão punitiva do Estado. Chama-se condição objetiva porque independe do dolo ou da culpa do agente. Ex.: A constituição definitiva do crédito tributário para que seja instaurada a ação penal por crime de sonegação.
Pode ser de natureza genérica ou específica.	
Sua ausência gera rejeição da peça acusatória. Se a ausência ocorrer no curso do processo, gera a extinção do processo sem resolução do mérito.	Sua ausência impede a instauração de inquérito policial, quanto mais um processo penal. Se a ausência dessa condição for verificada no curso do processo, o Estado não pode punir.
Decisão só faz coisa julgada formal – se não estiver presente uma condição de procedibilidade, ocorre anulação do processo e não absolvição do agente, pois não há, em regra, análise do mérito, ou seja, nada impede a renovação do processo desde que seja removido o impedimento processual.	Por outro lado, a ausência de uma condição objetiva de punibilidade impede o início da persecução criminal; porém, proposta a ação penal, haverá decisão de mérito e, portanto, formação de coisa julgada formal e material.



SIMULADOS OBJETIVOS

Sabendo da importância do estudo e revisão por meio de questões, haverá **5 simulados de prova objetiva.**

Cada simulado terá 100 questões, seguindo a tradicional divisão e quantificação da prova objetiva do MPSP.

Todas as questões serão comentadas e classificadas de acordo com o assunto, a fonte (doutrina, legislação e/ou jurisprudência) e o nível de dificuldade.

Ao final do curso, você terá respondido 500 questões objetivas!

SIMULADO OBJETIVO - ENUNCIADO

Por Equipe RSC Online









Novidade!

Os simulados terão espaços para anotações. Sabemos que resolver questões é uma forma de fixar o conteúdo estudado, por isso, deixamos um espaço para que você possa anotar os institutos, palavras-chave, artigos e diplomas legais relacionados às questões.

DIREITO PENAL

- 1. De acordo com o princípio da legalidade, não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal. Sobre o referido princípio, assinale a alternativa correta:
- a) o fundamento político do princípio da legalidade pode ser resumido no respeito ao sistema da divisão de poderes, conferindo aos representantes do povo (parlamento) a missão de elaborar as leis.
- b) o princípio da reserva legal impede medida provisória de criar norma incriminadora, mas não a lei delegada.
- c) com fundamento no princípio da reserva legal, o STJ decidiu ser atípica a adulteração da placa de veículo semirreboque.
- d) De acordo com STF e STJ, é atípica a conduta do agente que furta sinal de TV a cabo, asseverando ser impossível a analogia (in malam partem) com o crime de furto de energia elétrica, previsto no artigo 155, § 3°, do CP.
- e) O princípio da taxatividade ou da determinação é dirigido mais diretamente à pessoa do juiz, exigindo na aplicação dos tipos penais clareza, não devendo deixar margens a dúvidas.

2. Com relação à lei penal, assinale a alternativa correta:

- a) A lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, salvo se decididos por sentença condenatória transitada em julgado.
- b) A abolitio criminis faz desaparecer os efeitos penais e extrapenais da condenação.
- c) É possível a aplicação retroativa de lei penal vigente em combinação com lei penal revogada, desde que a combinação das leis seja mais favorável ao réu.
- d) A lei penal mais grave aplica-se ao crime continuado ou ao crime permanente, se a sua vigência é posterior à cessação da continuidade ou da permanência.
- e) Conforme entende o STF, a alteração de um complemento de uma norma penal em branco homogênea sempre terá efeitos retroativos.

3. De acordo com a Lei de Drogas, assinale a alternativa correta:

- a) A causa de diminuição de pena prevista no § 4º do art. 33 da Lei de Drogas pode ser aplicada se estiver presente ao menos um dos requisitos.
- b) A natureza e a quantidade da droga podem ser utilizadas simultaneamente para justificar o aumento da pena-base e afastar a redução prevista no § 4º do art. 33 da Lei 11.343/06, sob pena de caracterizar bis in idem.
- c) Para a caracterização do crime de associação para o tráfico é prescindível o dolo de se associar com estabilidade e permanência.
- d) Conforme entendimento do STJ, a associação ao tráfico de drogas não é um crime equiparado ao hediondo.
- e) A conduta de vender ou entregar drogas a agente policial disfarçado, quando houver provas de que a conduta era preexistente ao fato, não é considerada crime.

Nenhuma parte deste material poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da RSC Online Cursos, sob pena de responsabilização civil e criminal (lei 9.610/98 e CP).

SIMULADO OBJETIVO - COMENTÁRIOS

Por Equipe RSC Online







DIREITO PENAL

- 1. De acordo com o princípio da legalidade, não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal. Sobre o referido princípio, assinale a alternativa correta:
- a) o fundamento político do princípio da legalidade pode ser resumido no respeito ao sistema da divisão de poderes, conferindo aos representantes do povo (parlamento) a missão de elaborar as leis.
- b) o princípio da reserva legal impede medida provisória de criar norma incriminadora, mas não a lei delegada.
- c) com fundamento no princípio da reserva legal, o STJ decidiu ser atípica a adulteração da placa de veículo semirreboque.
- d) De acordo com STF e STJ, é atípica a conduta do agente que furta sinal de TV a cabo, asseverando ser impossível a analogia (in malam partem) com o crime de furto de energia elétrica, previsto no artigo 155, § 3º, do
- e) O princípio da taxatividade ou da determinação é dirigido mais diretamente à pessoa do juiz, exigindo na aplicação dos tipos penais clareza, não devendo deixar margens a dúvidas.

Assunto:	Fonte:	Nível de Dificuldade:
Princípios do direito penal	DOUTRINA JURIS	INTERMEDIÁRIO

Comentários:

- a) a alternativa "a" está incorreta. O princípio da legalidade possui três fundamentos:
- (I) Político, numa clara exigência de vinculação dos Poderes Executivo e Judiciário a leis formuladas de forma abstrata, impedindo o poder punitivo arbitrário;
- (II) Democrático, que representa o respeito ao princípio da divisão de poderes, conferindo aos representantes do povo (parlamento) a missão de elaborar as leis;
- (III) Jurídico, pois a lei prévia e clara produz importante efeito intimidativo.
- b) a alternativa "b" está incorreta. Segundo o princípio da reserva legal, a infração penal somente pode ser criada por lei em sentido estrito, ou seja, lei complementar ou lei ordinária, aprovadas e sancionadas de acordo com o processo legislativo respectivo, previsto na CF/88 e nos regimes internos da Câmara dos Deputados e Senado Federal. Não somente medida provisória está vedada, como também é inadmissível que a lei delegada verse sobre direito penal, com fundamento no artigo 68, § 1º, da CF/88, uma vez que a redação do dispositivo, a um só tempo, impede a delegação de atos de competência exclusiva do Congresso Nacional e veda que a lei delegada discipline sobre direitos individuais, matéria ínsita a toda norma penal.
- c) a alternativa "c" está correta. Proíbe-se a utilização da analogia para criar tipo incriminador, fundamentar ou agravar pena. Por isso, o STJ decidiu ser atípica a adulteração da placa de veículo semirreboque. Isto porque o art. 311 do CP pune a adulteração de sinal identificador de veículo automotor, que não se confunde com o semirreboque, cuja definição é específica na legislação de trânsito (RHC 98.058/MG, Rel. Min. Laurita Vaz, j. 24/09/2019).

Todas as assertivas são comentadas!

Alternativa correta sempre

destacada.

Novidade! Indicação do

tema objeto

da questão.

Nenhuma parte deste material poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da RSC Online Cursos, sob pena de responsabilização civil e criminal (lei 9.610/98 e CP).

Novidade!

Base de conhecimento necessária para responder à guestão: Legislação, Doutring ou Jurisprudência.

Novidade!

Classificação do nível de dificuldade da questão: fácil, intermediário ou difícil.

Nenhuma parte deste material poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da RSC Online Cursos, sob pena de responsabilização civil e criminal (lei 9.610/98 e CP).

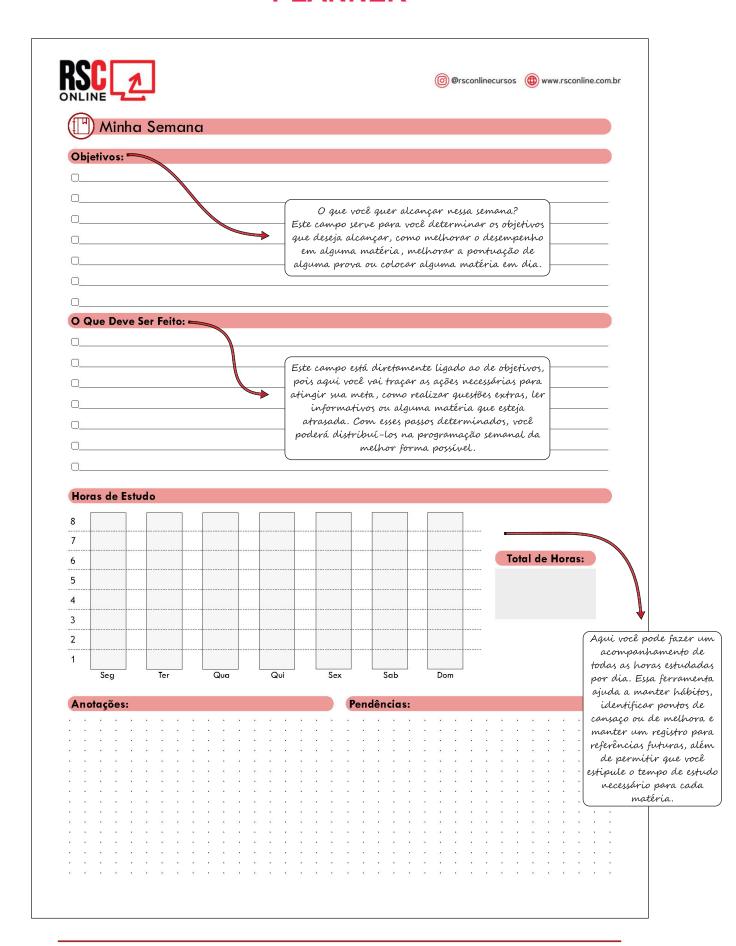


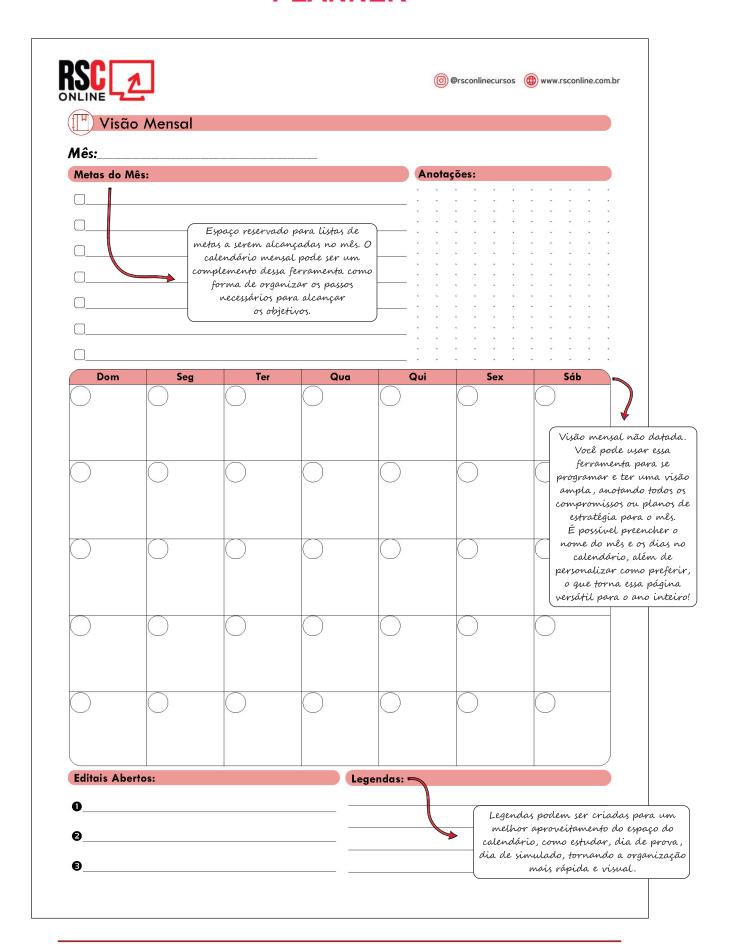
PLANNER

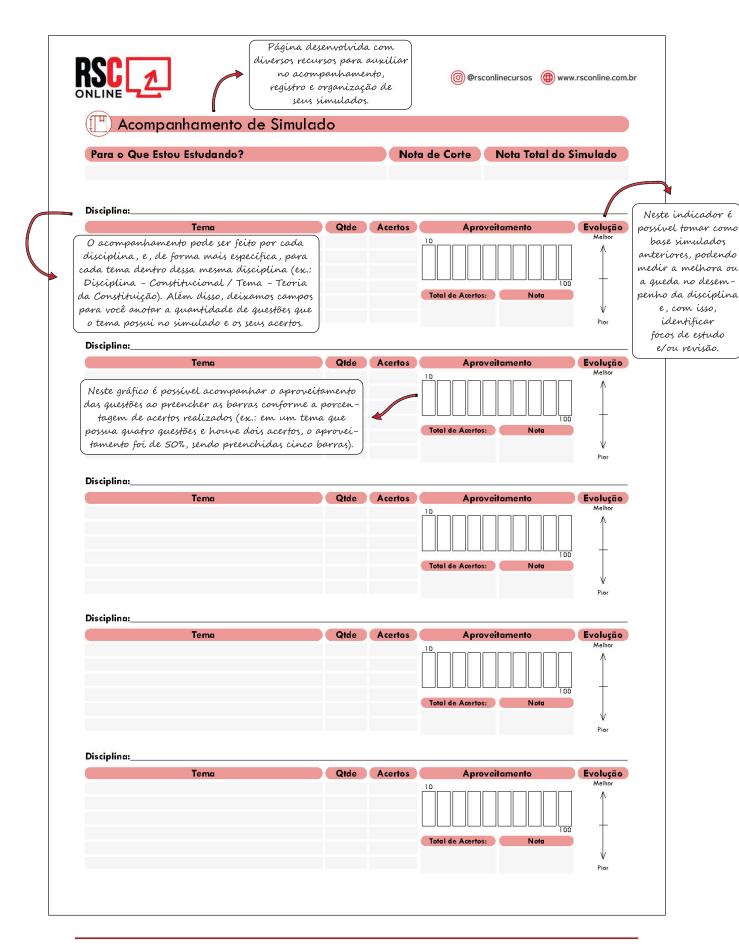
Você também contará com o Planner RSC, uma ferramenta para organização pessoal em que você poderá:

- 1) completar e distribuir suas atividades ao longo de um mês (ou uma semana, se preferir), permitindo melhor visibilidade da sua agenda e do que foi cumprido (ou não);
- **2)** acompanhar sua evolução nos simulados e maratonas de exercícios e fazer uma análise de quais pontos devem ser priorizados no estudo.









//	Maratona de Exercícios					
/	Disciplina:	Disciplina:				
	Questões Respondidas:	Questões Respondidas:				
	Data://	Data://				
	Acertos:	Acertos:				
	Percentual de Aproveitamento:	Percentual de Aproveitamento:				
Resolver ques dos pilares de		Disciplina:				
reparação. O c simulados se	urso oferece	Questões Respondidas:				
mas, se você o	conseguir //_	Data://				
resolver mais melhor! Para	a manter	Acertos:				
o contro acompanhame ividades, dispo	ento dessas I de Aproveitamento:	Percentual de Aproveitamento:				
esta pág		Disciplina:				
	Questões Respondidas:	Questões Respondidas:				
	Data://	Data://				
	Acertos:	Acertos:				
	Percentual de Aproveitamento:	Percentual de Aproveitamento:				
	Disciplina:	Disciplina:				
	Questões Respondidas:	Questões Respondidas:				
	Data://	Data://				
	Acertos:	Acertos:				
	Acertos: Percentual de Aproveitamento:	Acertos: Percentual de Aproveitamento:				
	Percentual de Aproveitamento:					
	Percentual de Aproveitamento:					
	Percentual de Aproveitamento:					
	Percentual de Aproveitamento:					
	Percentual de Aproveitamento:					

प	Informações do Cond			
-) informações do Conc	20130		
	Concurso:	Esta página foi desenvolvida visando ajudar o aluno em detalhes,		
0	Instituição / Órgão:	informações nec	essárias e acompanhamento da tramitação do concurso	
Serais	Cargo Pretendido:		r disso, auxilia em todo o planejamento para a prova, como viagens, caso necessário, datas e prazos, além de	
n	Salário Inicial:		eve ser levado. Com isso, você se manterá organizado e ara a prova, de uma forma mais completa e segura.	
	Banca Responsável:			
	Data da Inscrição:/ Valor da Inscrição: R\$ Inscrição Realizada: □Sim □Não			
			ar até:: Horário da Prova::	
		_	ar até:: Horário da Prova::	
2		5000 - 10 - 10 - 10 - 10 - 10 - 10 - 10	ar até:: Horário da Prova::	
į	Cidade Onde Realizarei as Prova			
. 0		151		
200				
5	Outros Requisitos:			
ň				
	Nota Mínima Exigida:	Anotaç	.ões:	
9	Nota Mínima Exigida: Peso de Cada Matéria:	Anotaç ———	:ões:	
SOUL			ões:	
SOLUTION	Peso de Cada Matéria: Número de Questões da(s) prova(
SOJUL	Peso de Cada Matéria: Número de Questões da(s) prova((s): no Valor: R\$	_Hospedagem Reservada: □Sim □Não Valor: R\$	
SOUL	Peso de Cada Matéria: Número de Questões da(s) prova(Passagem Comprada: □Sim □Nã	(s): no Valor: R\$	Hospedagem Reservada: □Sim □Não Valor: R\$	
SOUL	Peso de Cada Matéria: Número de Questões da(s) prova(Passagem Comprada: □Sim □Nã Endereço: Tempo de Deslocamento até o Loc	io Valor: R\$	Hospedagem Reservada: □Sim □Não Valor: R\$ 	
IIILOS	Peso de Cada Matéria: Número de Questões da(s) prova(Passagem Comprada: □Sim □Nã Endereço: Tempo de Deslocamento até o Loc Meios de Transporte:	o Valor: R\$	Hospedagem Reservada: □Sim □Não Valor: R\$ 	
	Peso de Cada Matéria: Número de Questões da(s) prova(Passagem Comprada: □Sim □Nã Endereço: Tempo de Deslocamento até o Loc Meios de Transporte: Restaurantes na Região:	o Valor: R\$	Hospedagem Reservada: □Sim □Não Valor: R\$ 	
	Peso de Cada Matéria: Número de Questões da(s) prova(Passagem Comprada: □Sim □Nã Endereço: Tempo de Deslocamento até o Loc Meios de Transporte: Restaurantes na Região: Contato de Emergência:	o Valor: R\$	Hospedagem Reservada: □Sim □Não Valor: R\$ 	
Soll	Peso de Cada Matéria: Número de Questões da(s) prova(Passagem Comprada: \(\sim \) Sim \(\sim \) Nã Endereço: Tempo de Deslocamento até o Loc Meios de Transporte: Restaurantes na Região: Contato de Emergência: Check-list de Viagem	(s): no Valor: R\$ cal da Prova:	Hospedagem Reservada: Sim Não Valor: R\$: Valor Estimado: R\$ Não Esquecer	
Soll	Peso de Cada Matéria: Número de Questões da(s) prova(Passagem Comprada: □Sim □Nã Endereço: Tempo de Deslocamento até o Loc Meios de Transporte: Restaurantes na Região: Contato de Emergência: Check-list de Viagem	(s): To Valor: R\$ cal da Prova: o transparente	Hospedagem Reservada: □Sim □Não Valor: R\$:	
Soll	Peso de Cada Matéria: Número de Questões da(s) prova(Passagem Comprada: \(\sim \) Sim \(\sim \) Nã Endereço: Tempo de Deslocamento até o Loc Meios de Transporte: Restaurantes na Região: Contato de Emergência: Check-list de Viagem	(s): To Valor: R\$ cal da Prova: o transparente	Hospedagem Reservada: □Sim □Não Valor: R\$	
S	Peso de Cada Matéria: Número de Questões da(s) prova(Passagem Comprada: □Sim □Nã Endereço: Tempo de Deslocamento até o Loc Meios de Transporte: Restaurantes na Região: Contato de Emergência: Check-list de Viagem	(s): To Valor: R\$ cal da Prova: o transparente	Hospedagem Reservada: □Sim □Não Valor: R\$:	
S	Peso de Cada Matéria: Número de Questões da(s) prova(Passagem Comprada: □Sim □Nã Endereço: Tempo de Deslocamento até o Loc Meios de Transporte: Restaurantes na Região: Contato de Emergência: Check-list de Viagem	(s): To Valor: R\$ cal da Prova: o transparente	Hospedagem Reservada: □Sim □Não Valor: R\$:	
Soll	Peso de Cada Matéria: Número de Questões da(s) prova(Passagem Comprada: □Sim □Nã Endereço: Tempo de Deslocamento até o Loc Meios de Transporte: Restaurantes na Região: Contato de Emergência: Check-list de Viagem	(s): To Valor: R\$ cal da Prova: o transparente	Hospedagem Reservada: □Sim □Não Valor: R\$:	
	Peso de Cada Matéria: Número de Questões da(s) prova(Passagem Comprada: □Sim □Nã Endereço: Tempo de Deslocamento até o Loc Meios de Transporte: Restaurantes na Região: Contato de Emergência: Check-list de Viagem	(s): To Valor: R\$ cal da Prova: o transparente	Hospedagem Reservada: □Sim □Não Valor: R\$:	
	Peso de Cada Matéria: Número de Questões da(s) prova(Passagem Comprada: Sim Nã Endereço: Tempo de Deslocamento até o Loc Meios de Transporte: Restaurantes na Região: Contato de Emergência: Check-list de Viagem Caneta Azul / Preta c/ corp Lanches / Embalagem tran	(s): To Valor: R\$ cal da Prova: o transparente	Hospedagem Reservada: □Sim □Não Valor: R\$:	
	Peso de Cada Matéria: Número de Questões da(s) prova(Passagem Comprada: Sim Nã Endereço: Tempo de Deslocamento até o Loc Meios de Transporte: Restaurantes na Região: Contato de Emergência: Check-list de Viagem Caneta Azul / Preta c/ corp Lanches / Embalagem tran	(s): To Valor: R\$ cal da Prova: o transparente	Hospedagem Reservada: □Sim □Não Valor: R\$:	

		@rsconlinecursos			
Controle de Estudos					
isciplina:	10.16 0,000		(A) 1~		
Conteúdo:	Lei Seca Estudei? Revisei?	Doutrina Estudei? Revisei?	Questões Estudei? Revisei?	Informativo Estudei? Revisei?	
₩					
Nesta página é possível					
manter um controle de todas as disciplinas mencionadas					
nas metas da semana, quais					
os meios pedidos para					
estudá-las (Lei Seca, Doutrina, Questões ou					
Informativos) e assinalar					
guando foram estudadas e revisadas, sendo uma					
ferramenta importante					
no planejamento de estudos e revisões.					



ENCONTROS ONLINE



Serão realizados **encontros virtuais** quinzenais (ao vivo), com o professor **Rogério Sanches Cunha** e/ou outro professor convidado, preferencialmente membro MP, para:

- saneamento de dúvidas;
- esclarecer pontos do planejamento, material de apoio, cronograma;
- debater sobre novas leis e jurisprudências que sejam publicadas ao longo do curso;
 - discutir sobre teses do MPSP;
- falar sobre os perfis das últimas provas do concurso para Promotor de Justiça do MPSP.
- conversar sobre a experiência do professor Rogério como promotor de Justiça e sua trajetória em concursos.





FALE COM O PROFESSOR

Além dessas ferramentas, o aluno poderá contar com um canal de comunicação exclusivo e direto com o professor Rogério Sanches Cunha e demais professores do curso para solução de dúvidas jurídicas relacionadas ao curso.





GRUPO DO TELEGRAM

Você poderá participar de um Grupo Exclusivo de Telegram com os coordenadores do curso.





BÔNUS

Aulas de Metodologia de estudos com a professora Ana Spina.





CONTATO

Nos colocamos à disposição através do e-mail e das nossas redes sociais para sanar suas dúvidas, receber críticas, sugestões e elogios.





